EXPANSÃO DE ÁREAS URBANAS COMO FATOR DE DEGRADAÇÃO E AS OCUPAÇÕES DE MANGUEZAIS NA CIDADE DE ILHEUS /BA

Gilsélia Lemos MOREIRA[1]
Salvador Dall Pozo TREVIZAN[2]
Sérgio Ricardo Ribeiro LIMA[3]

RESUMO

Este texto discute a natureza dos impactos ambientais em áreas urbanas. Especial atenção é dada aos manguezais, a partir do levantamento de material cartográfico (mapas, fotografia aérea e imagem de satélite), entrevistas com representantes de órgãos públicos e registro fotográfico. Toma-se como referencial empírico o bairro Teotônio Vilela situado às margens do rio Fundão na zona oeste da cidade de Ilhéus localizada no sul do estado da Bahia e procura-se analisar as atuais transformações ocasionadas pela expansão urbana, indicando a influência desta nas mudanças espaço-territórias e, por conseguinte sócio-ambientais. A idéia central que aqui se apresenta é de que, a expansão urbana implica em novas, espacialidades onde as atividades humanas como parte do processo produtivo se junta ao componente cultural e a política discriminatória do poder público na configuração dos espaços, visando interesses do capital. Da compreensão do fenômeno estudado, conclui-se que a expansão urbana na cidade de Ilhéus vem acontecendo às custas de altos riscos para a qualidade ambiental, tanto no que se refere às perdas de recursos naturais quanto à degradação das condições de vida humana. Isso decorre antes de tudo, de um complexo de problemas sociais, econômicos e políticos, vinculado à estrutura produtiva, às ações do poder público e a fatores culturais.

INTRODUÇÃO

A expansão urbana desordenada é um sério problema enfrentado principalmente pelas cidades de porte médio localizadas no litoral. Os problemas daí decorrentes são agravados pela ausência de planejamento urbano e pelas ocupações ilegais que crescem significativamente e acompanham as ocupações regulares. Este processo, via de regra localiza-se nas áreas periféricas das cidades. Estas áreas caracterizam-se, predominantemente, por uma infra-estrutura urbana precária e população de baixa renda, configurando um todo de carências e inadequações, onde são freqüentes os traçados sobre relevos de declividade acentuada, desmatamento, erosão e várias outras mazelas urbanas.

Esta situação tem resultado em impactos ambientais diversos, entre os quais, destacam-se os produzidos pela urbanização em áreas de manguezais. A pesar da importância que os ecossistemas de manguezais desempenham para o equilíbrio ecológico da vida marinha e de serem considerados reservas ecológicas segundo a Resolução nº 04/85 do CONAMA. É comum a ocupação dessas áreas para fins de habitação principalmente, pela população de baixa renda em função do alto preço do solo urbano e da habitação popular, gerado pela especulação imobiliária em outras áreas da cidade.

[1] Sociedade Paulista de Ensino – Santos / SP. Geografa. Profª Ms. em Meio Ambiente. brandaolemos@zipmail.com.br
[2] Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus /BA. Profº Dr.do Dptº de Ciências Agrárias e Ambientais. salvador@uesc.br
[3] Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus /BA. Profº Ms.do Dptº de Ciências Econômicas. sricardo@uesc.br

Ocorre, que os manguezais são ecossistemas extremamente frágeis situados em áreas que sofrem a influencia das marés, portanto, regularmente inundado, é também o local de reprodução de muitos animais e ainda protegem a costa da erosão. Segundo o CRA (1994) a degradação dessas áreas pode contribuir para a diminuição da qualidade ambiental, tendo como conseqüência direta à redução quantitativa das espécies de peixes e invertebrados, principalmente das espécies que dependem, ao longo dos seus ciclos biológicos, dos ecossistemas de manguezais.

Assim, com o objetivo de aprofundar essa discussão e, tendo como referencial empírico o bairro Teotônio Vilela que, surgiu a partir da ocupação de áreas de manguezais na zona oeste da cidade de ilhéus, às margens do rio Fundão, se desenvolveu este estudo fundamentado na preocupação com o modo de entender os processos ambientais em áreas de expansão urbanas. Vale dizer que o bairro Teotônio Vilela é dos mais pobres e populosos da cidade de Ilhéus, aproximadamente 20 mil habitantes. Tem uma topografia irregular, caracterizada por duas grandes feições geomorfologicas, formadas por morros e encostas e a parte baixa formada por uma planície flúvio-marinha, separada do continente pelos rios Fundão e Cachoeira. Cabe ressaltar que, as áreas de preservação permanente situada em área urbana têm uma função social da maior relevância, na medida em que, contribuem para a proteção da população em épocas de chuvas contra deslizamento de terras em terrenos com declividade igual ou superior a 45º graus, bem como contra inundações de habitações localizadas nas margens dos cursos d'água.

Cabe destacar, que praticamente todo o litoral brasileiro é hoje considerado pelas legislações municipais como área urbana ou de expansão urbana. Como se pode perceber o tema “expansão urbana” possui interfaces que extrapolam a simples questão da incorporação e do crédito imobiliário. O Estatuto da Cidade Criado a partir da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, trata exclusivamente da Política Urbana e tem como objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” e, para tal, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

No entanto, de maneira muito rápida a expansão urbana tem atingido áreas de mangue na cidade de Ilhéus. Vale lembrar que se um lado a Constituição Federal, em seu artigo 225, atribui ao poder público a incumbência de proteger e restaurar os processos ecológicos essenciais e, estabelece que a Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira e a Floresta Amazônica, são consideradas Patrimônio Nacional, cuja utilização deve ser feita em condições que assegurem a preservação do meio ambiente (parágrafo 4º). Por outro lado, a inoperância dos órgãos estaduais e federais do meio ambiente no controle e gestão da ocupação dos espaços protegidos por lei em áreas urbanas e de expansão urbana é grave.

De acordo com o IBGE apenas 17,6% dos municípios brasileiros possuem Plano Diretor, 29% possuem Conselho Municipal de Meio ambiente (dos quais menos da metade funciona efetivamente) e menos de 10% possuem infra-estrutura suficiente e pessoal habilitado a proceder à fiscalização e ao controle da expansão urbana desordenada.

Na cidade de Ilhéus a expansão urbana desordenada tem promovido dois processos inter-relacionados: um avançado estágio de degradação ambiental, que se refere principalmente, às atividades mal planejadas e a fatores culturais; e a degradação social que, diz respeito à precariedade de infra-estrutura diretamente ligada à atuação do poder público objetivando impulsionar a expansão urbana da cidade.

MÉTODOS e TÉCNICAS

A evolução do processo de expansão urbana desordenada tem resultado no agravamento de práticas ambientais predatórias, gerando erosões do solo, enchentes, desabamentos, desmatamentos e poluição dos mananciais de abastecimento e do ar, que afetam o conjunto

urbano e em especial as áreas ocupadas pela população de baixa renda, com perdas significativas para o funcionamento adequado das cidades. A força do padrão periférico de urbanização evidencia a negligência do Estado, em suas diferentes instâncias, com a construção das cidades e a formulação de uma política de desenvolvimento urbano com os problemas sócio-ambientais decorrentes.

O homem precisa de um espaço para viver, satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, ou seja, dormir, comer, descansar, morar. Para tanto, se apropria do espaço de deferentes modos segundo sua condição sócio-econômica. Assim, diz Carlos (1997), "o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada [...] produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida". Torna-se, portanto, evidente que o acesso ao espaço da moradia implica um certo padrão de compra, geralmente muito aquém da classe trabalhadora, submetida a vender sua força de trabalho por salários baixos. Essas parcelas da população sem opção buscam alternativas de moradia em áreas periféricas, desprovidas de infra-estruturas e em alguns casos sem nenhuma segurança.

Esta situação mostra que, o social, o econômico e o ambiental devem ser enfocados em concomitante. Segundo Farias e Lapa (1992), com o processo de expansão urbana associada ao crescimento populacional e o desenvolvimento econômico da cidade de Ilhéus, se iniciou uma intensa intervenção em ambientes naturais, que já havia começado desde a implantação do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado do Município de Ilhéus. – o PLAMI, na década de 60, com o aterro do Canal do Jacaré e de áreas de preservação permanente ao longo do Rio Fundão e terraplanagem da Ilha dos Frades para a construção de uma central de abastecimento, um centro de esportes, estação rodoviária entre outros. Isto pode ter resolvido alguns problemas urbanos, mas desencadeou uma série de processos ambientais, principalmente na zona oeste da cidade. Fazendo aflorar, um intenso processo de ocupação desordenada dos solos urbanos sobre áreas de preservação com o desmatamento do manguezal para retirada de madeira para usada na construção de casas pela população que ali se estabeleceu, bem como para fornecimento de lenha e carvão a essa mesma população.

Observa-se que os impactos ambientais provocados pela expansão urbana na área de estudo dizem respeito à água, o solo, os animais aquáticos e ao ser humano. A análise dos efeitos da expansão urbana e da ocupação de áreas de manguezais delimitadas para esse estudo não reflete um campo de investigação simples. Assim, objetivando sistematizar o estudo optou-se por um método de abordagem sistêmico, uma vez que, se considera a paisagem como resultante da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais reagem dialeticamente uns sobre os outros.

Sendo assim, após a escolha do tema, se definiu a área de estudo e os seguintes procedimentos: levantamento e análise do material cartográfico (mapas, fotografias áreas, imagens de satélite, cartas topográficas) para o estudo dos impactos ambientais; mapeamento da área em estudo e registro fotográfico dos diversos aspectos ambientais. Vale salientar ainda, que durante a realização dessas etapas foram realizadas entrevistas com representantes de órgãos públicos e aplicação de questionários com moradores do bairro. Ao final dos trabalhos de campo foi produzido um relatório da pesquisa.

RESULTADOS

Atualmente o bairro Teotônio Vilela abriga cerca de 10% da população urbana da cidade de Ilhéus. São aproximadamente 20 mil habitantes[2] (IBGE, 2000) Vale dizer que esses dados foram confirmados pela secretária de planejamento e infra-estrutura da prefeitura municipal. Para atender às necessidades iminentes dessa população é que se dá a exploração predatória dos recursos naturais, provocando a degradação do meio ambiente (natural e

[2] No caso do número de habitantes por bairros o IBGE trabalha com dados aproximados.

construído). Cinqüenta e três por cento dos domicílios pesquisados não contam com o serviço de coleta de lixo. Esta só acontece na principal via de acesso – à avenida Central, razão pela qual os moradores das adjacências são obrigados a carregar o lixo até esta avenida no centro do bairro.Já os moradores das encostas depositam o lixo no meio da rua o que facilita a contaminação do lençol freático e do solo, que por ser do tipo arenoso, permite uma maior infiltração de matéria orgânica patológica, facilitando a proliferação de vetores (insetos transmissores de doenças), colocando em risco, principalmente, a saúde das crianças. Nessas áreas é comum o acúmulo de lixo e esgoto correndo á céu aberto (Figura 1).

Figura 1 esgoto correndo a céu aberto

Segundo Moreira (2003), é extremamente séria e critica a situação dos manguezais. Apesar de se tratar de um ambiente rico em variedade de espécies, tais como: ostras, camarões, siris e peixes. Fonte de renda e alimento para várias famílias ribeirinhas que exploram comercialmente sua fauna é intenso o desmatamento dos manguezais para a edificação de moradias. (Figuras 2 e 3).

Figura 2 mangue desmatado

Figura 3 construção dentro do mangue

Tabela 2 - Número de pessoas entrevistadas que responderam sobre as conseqüências do lixo, esgoto, aterramento e desmatamento para os manguezais.

Respostas	Freqüência %
Estas ações poderiam afetar os manguezais e matar os animais,	30
Acham que podia causar mau cheiro e prejudicar o bairro	38
Não souberam responder	42

Fonte: pesquisa de campo 2002

Ainda a despeito da sua importância, a pesca predatória[4], o corte de árvores para aproveitamento da madeira, utilizada por parte da população como lenha e carvão, têm acelerado os seus processos de degradação. O aproveitamento irresponsável dos seus bens faz com que esse frágil ecossistema leve anos para se recuperar. Pode se observar pelos dados da (tabela 2) que grande parte da população entrevistada (42%) residente no bairro não conhece as conseqüências de ações depredatórias como: deposição de lixo e esgoto nos manguezais.

A população não só ignora a importância da preservação dos componentes ambientais, como também da legislação de proteção ao meio ambiente. A isso certamente se junta à má vontade política aplicabilidade da legislação. Pode-se citar como exemplo o IBAMA (escritório regional da cidade de Ilhéus), órgão responsável pela fiscalização de áreas sob proteção legal. Este órgão alega não ter competência para solucionar o problema da expansão urbana para os mangues da cidade, pois segundo este, os manguezais encontram-se em área urbana e, portanto, cabe à Secretaria do Meio Ambiente do município solucionar o problema. Devido a esse impasse, o problema se arrasta ao longo dos anos e as ocupações continuam avançando e conseqüentemente os impactos ambientais vão se multiplicando sem que nada seja feito para, pelo menos minimizar o problema. Além disso, outros problemas são enfrentados pelos moradores desse bairro que é sem sombra de duvida fruto de uma expansão urbana mal planejada.

Segundo Moreira (2003), embora o traçado da malha urbana, apresente uma aparente regularidade, sua forma geométrica sugere uma configuração territorial puramente artificial. Não se observam no bairro áreas destinadas ao lazer (praças, jardins ou parques). Isto revela o caráter concentrador desse assentamento. E sugere um bairro planejado dentro de uma lógica perversa - a lógica da acumulação capitalista. Isso significa dizer que o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista determina, além da profunda divisão espacial e técnica do trabalho, orientada pelo mercado em constante expansão, a aglomeração populacional.

Vale dizer que, um importante aspecto determinou o processo de ocupação do Teotônio Viela: a construção da ponte sob o Rio Fundão na BR 415 (1966) que além de ter determinado o processo de expansão da urbana da cidade na direção oeste, propiciou acesso a uma área de topografia irregular permitindo uma nova opção para as habitações das classes de baixo poder aquisitivo. Cabe incluir nessa análise o crescimento demográfico desordenado, que embora não seja por si só um fator de degradação ambiental, contribui para o seu agravamento, podendo, no caso do Teotônio Vilela, ser classificado como tal. O aumento populacional tem proporcionado uma demanda cada vez maior do uso do solo e, conseqüentemente uma maior pressão sobre os componentes ambientais ali presentes.

Para dar lugar ao espaço socialmente construído, os componentes ambientais estão sendo utilizados e depredados. Diante do exposto, é possível afirmar que os processos ambientais em áreas urbanas não se constituem um fenômeno autônomo e isolado, mas sim um produto das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, e como tal não podem ser dissociados das relações de produção, do processo histórico e cultural da sociedade e dos conflitos de interesses entre o poder público e as necessidades da sociedade. Em síntese tanto no Teotônio Vilela quanto na Cidade de Ilhéus contradições e conflitos de interesse afloram a todo instante e se materializam na paisagem, urbana tornando visível não só a degradação do meio ambiente, mas principalmente da qualidade da vida humana.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A degradação ambiental dos manguezais na zona urbana de ilhéus está essencialmente relacionada à ocupação desordenada e ao uso inadequado do solo A forma precária como foi implantado o assentamento humano no Teotônio Vilela, sem nenhuma infra-estrutura,

[4] Captura de crustáceos fora da época ideal, não respeitando o seu defeso.

tem exercido uma forte pressão sobre o uso do solo, gerando um quadro grave de degradação ambiental. Embora houvesse um plano-diretor, cuja finalidade era ordenar o crescimento da cidade, este foi negligenciado por sucessivas administrações e, assim, o Teotônio Vilela passou a se desenvolver espontaneamente, formando a sua estrutura urbana na direção das encostas, rios e manguezais.

Esse processo gerou, ao longo dos anos, grandes distorções no meio ambiente, dada à ausência, entre outros fatores, de infra-estrutura e da própria formação cultural da população que ali vive, privada de ter acesso à educação, saúde e informação direita que, uma vez contemplados, poderiam ter transformado a realidade que ora se apresenta.

Em termos concretos, a degradação sócio-ambiental efetiva-se, com maior expressão, nas áreas de encosta e de mangues. Atualmente a população do bairro corresponde a aproximadamente 10% da população total do município e 15% da população urbana. Uma população tão grande – aproximadamente 20 mil habitantes, com renda inferior a um salário mínimo, residindo em péssimas condições de habitabilidade – ainda sofre as conseqüências do crescimento desordenado do seu território, carência de infra-estrutura e serviços de educação, saúde e lazer.

Soma-se, a esse quadro de degradação dos manguezais e das encostas, o descaso do poder público e a omissão dos órgãos de fiscalização para com a política ambiental. De um modo geral, muitos são os problemas que afetam hoje a cidade de Ilhéus em função da expansão urbana desordenada e, embora encontrar uma solução para tais problemas não se constitua o objetivo desse estudo. Acredita-se que o quadro apresentado torna indispensáveis ações de planejamento e gestão do espaço urbano, que contemplem a um só tempo as demandas sociais e a preservação dos componentes ambientais.

Nesse sentido, recomenda-se em curto prazo, o zoneamento ambiental para se indicar as diversas possibilidades de uso do solo e o ordenamento do crescimento do.

A criação de um programa de gestão e monitoramento ambiental, que inclua recuperação dos manguezais, dos rios e das encostas, bem como campanhas de educação ambiental.

Em médio prazo, recomenda-se a intervenção do poder público e dos órgãos de fiscalização (IBAMA) nas áreas de ocupação ilegal (manguezal), no sentido de se re-alocar as famílias que residem nas áreas de preservação ambiental para outros espaços. Para tanto, é preciso desenvolver com urgência, políticas públicas voltadas à habitação popular.

Em longo prazo, são indispensáveis reformas em nível estrutural na própria sociedade, na qual seja possível a geração de emprego e renda.

Vale dizer que a realidade ora apresentada não se restringe apenas ao espaço do Bairro Teotônio Vilela ou até mesmo a cidade de Ilhéus, mas antes de tudo, faz parte da realidade de vários espaços urbanos, principalmente das cidades localizadas no litoral brasileiro.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo: Contexto, 1997.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS - CRA. Diagnóstico Ambiental da Cidade de Ilhéus. Ilhéus: CRA/SEPLANTEC, 1994.

FARIAS Regina Leite de & LAPA, Marilene Oliveira. Planejamento urbano e saneamento básico: um estudo de caso do bairro Teotônio Vilela. 1992. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Espacialização em Desenvolvimento e Gestão Ambiental) - Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, Bahia, 1992.

MOREIRA, Gilsélia Lemos. A degradação socio-ambiental na produção do espaço urbano: um estudo de caso no sul da Bahia. 2003. Dissertação de mestrado (mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Ilhéus, Bahia 2003.